

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Dayanny Deyse Leite Rodrigues¹
Edna Câmara Monteiro²

RESUMO

As leis educacionais que regem atualmente o sistema de ensino no Brasil, apontam como exigência a presença de professores/as capacitados para trabalhar com aluno/as com necessidades educacionais especiais, inseridos em classes regulares, em uma perspectiva de educação inclusiva. Entende-se por crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais aqueles cujas necessidades educacionais se relacionem com diferenças determinadas, ou não, por deficiências, limitações, condições e/ou disfunções no processo de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para que essa exigência se efetive, a formação “adequada” de professores/as para atuar nesses contextos de inclusão é de fundamental relevância. Diante do contexto apresentado, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância de disciplinas que abordem a temática da Educação Inclusiva nos cursos de formação de professores, tendo como recorte o Curso de Pedagogia da Faculdade Rebouças de Campina Grande (PB), em suas modalidades EaD e Semipresencial. Metodologicamente, a pesquisa possui uma natureza exploratório-descritiva. Partimos de uma discussão bibliográfica, e mergulhamos em uma análise empírica dos dados, obtidos a partir da aplicação de um questionário semiestruturado, aplicado nas duas turmas do 2º período do curso citado. Refletir sobre o processo de formação de professores/as enfatizando a importância do diálogo com a Educação Inclusiva se apresenta enquanto uma demanda necessária no contexto educacional atual. Cumprindo a exigência da legislação educacional brasileira, no que fiz respeito a formação de professores/as aptos para atuar no contexto educacional numa perspectiva inclusiva, o Curso de Pedagogia da Faculdade Rebouças de Campina Grande apresenta em sua grade curricular, como componente obrigatório, a disciplina “Metodologia da Educação Especial e Inclusiva”.

Palavras-Chaves: Educação Inclusiva. Formação de professores. Legislação educacional.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um conceito e uma abordagem fundamental no campo educacional, que visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e singularidades, tenham acesso à educação, direito assegurado pela Constituição Federal, em seu

¹ Doutora em História (UFG). Graduada e mestra em História pela UFPB. Pedagoga pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Especialista em Gênero e Educação na Escola pela UFPB. Professora da Educação Básica, ligada à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Rebouças de Campina Grande, PB. Email: dayannydeysee@gmail.com

² Mestre em Educação (UFPB); Pedagoga e Psicóloga pela UEPB; Especialista em Gestão Educacional e Educação de Jovens e Adultos pela UFPB e em Recursos Humanos pela UFPE. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Rebouças de Campina Grande, PB; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal e Particular de Ensino de Campina Grande (PB). Ex Membro da Comissão Científica do Conedu de 2016 a 2022; Email: edna_9909@hotmail.com

artigo 205. Essa abordagem reconhece a diversidade como uma força e promove um ambiente educacional que valoriza e respeita as singularidades de cada indivíduo. Nessa perspectiva, o texto constitucional ainda estabelece o direito de as pessoas com necessidades educacionais especiais receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino (inciso III do art. 208 da CF), visando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação, comum a todas as pessoas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular. como forma de assegurar o mais plenamente possível o direito de integração na sociedade.

A inclusão na educação não se limita apenas a garantir o acesso físico às instituições educacionais, mas também, e principalmente, se concentra na adaptação do currículo, das estratégias de ensino e da avaliação para atender às necessidades variadas dos alunos. Isso significa que alunos com deficiências, habilidades especiais, origens culturais diferentes, necessidades emocionais e sociais diversas, entre outras características, devem ser acolhidos e apoiados em seu processo de aprendizado. Um dos princípios fundamentais da educação inclusiva é a igualdade de oportunidades. Isso implica que todos os alunos têm o direito de receber uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças. Isso requer a eliminação de barreiras, sejam elas físicas, atitudinais ou pedagógicas, que possam impedir o pleno envolvimento e participação dos alunos no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva é mais do que uma abordagem pedagógica; é um compromisso com a igualdade, a diversidade e a construção de um mundo onde todos tenham a oportunidade de aprender, crescer e contribuir para o bem comum. É um caminho em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde cada indivíduo é valorizado pelo que ele é e pelo que pode oferecer. Portanto, é imperativo que continuemos a trabalhar para tornar a educação inclusiva uma realidade em todos os cantos do mundo.

A implementação bem-sucedida da educação inclusiva requer o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar, incluindo educadores, pais, alunos e profissionais de apoio. É um esforço coletivo para criar um ambiente de aprendizado que atenda às necessidades de todos os alunos e promova seu desenvolvimento integral. No entanto, a jornada em direção à educação inclusiva pode ser desafiadora. Requer recursos, formação de professores, adaptação de práticas pedagógicas e uma mudança cultural na maneira como vemos a diversidade. Mas os benefícios são imensuráveis, não apenas para os alunos com necessidades educacionais especiais, mas para toda a comunidade educacional e, em última análise, para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, dentro de uma variada gama de possibilidades que podem ser trabalhadas a respeito do tema “educação inclusiva”, o foco deste trabalho será a formação de professores no contexto da educação inclusiva, e tem como objetivo discutir a importância de disciplinas que abordem a temática da educação inclusiva nos cursos de formação de professores, tendo como recorte o Curso de Pedagogia da Faculdade Rebouças de Campina Grande (PB), em suas modalidades EaD e Semipresencial. Metodologicamente, a pesquisa possui uma natureza exploratório-descritiva.

Trabalhar a educação inclusiva nos cursos de formação de professores é de suma importância para preparar os futuros educadores para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula, partindo dos direitos que lhes são assegurados. A educação inclusiva busca, assim, garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, necessidades educacionais especiais, origem étnica, socioeconômica, entre outros aspectos. Para que este cenário se concretize, a formação adequada de professores é um fator que se faz necessário.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa possui uma natureza exploratório-descritiva. Partimos de uma discussão bibliográfica, e mergulhamos em uma análise empírica dos dados, obtidos a partir da aplicação de um questionário semiestruturado, aplicado na turma do 2º período do curso citado. Ao todo, 35 questionários foram respondidos. As questões apresentadas foram: Você sabe o que é educação inclusiva? Você aprendeu no curso de pedagogia ou já sabia antes dele? Na sua opinião, a educação inclusiva é importante para o processo de democratização da educação? O seu curso oferece alguma disciplina que aborde o tema da educação inclusiva? Na sua opinião, é importante que os cursos de formação de professores abordem a temática da educação inclusiva? Na sua opinião, é importante que os cursos de formação de professores ofereçam uma disciplina específica sobre educação inclusiva? Quais pontos que você conseguiu aprender no seu curso sobre educação inclusiva?

Refletir sobre o processo de formação de professores/as enfatizando a importância do diálogo com a Educação Inclusiva se apresenta enquanto uma demanda necessária no contexto educacional atual. Cumprindo a exigência da legislação educacional brasileira, no que diz respeito à formação de professores/as aptos para atuar no contexto educacional numa perspectiva inclusiva, o Curso de Pedagogia da Faculdade Rebouças de Campina Grande apresenta em sua grade curricular, como componente obrigatório, a disciplina “Metodologia da Educação Especial e Inclusiva”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre educação inclusiva e a formação de professores desempenha um papel crucial na construção de um sistema educacional mais equitativo e acessível. A seguir serão apresentados conceitos, autores e discussões que embasam o referencial teórico deste trabalho. Indiscutivelmente se inicia pelas discussões torno educação inclusiva, entendida enquanto um paradigma educacional que busca garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais (Sanches, 2001). Ela se baseia nos princípios da equidade, diversidade e respeito pela dignidade de cada aluno. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e a Declaração de Salamanca (1994) destacaram a importância da inclusão na educação.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994, p. 11-12)

No Brasil, a legislação educacional relacionada à educação inclusiva é abordada em várias leis e documentos, sendo alguns dos principais:

- Constituição Federal de 1988 (Artigo 208): A Constituição Federal estabelece que o dever do Estado com a educação inclui o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996: A LDB é a principal lei educacional do país e contém várias disposições relacionadas à educação inclusiva. Destacam-se os seguintes pontos:
 - Artigo 58: Estabelece a obrigatoriedade da oferta do atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas regulares para alunos com deficiência.
 - Artigo 59: Define que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas e recursos educativos adequados à educação especial.
 - Artigo 60: Determina que a formação de professores para atuar na educação inclusiva deve ser incluída nos cursos de licenciatura.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990: O ECA trata dos direitos das crianças e adolescentes e estabelece a obrigação do Estado em assegurar atendimento especializado às crianças e adolescentes com deficiência.

- Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): Esta lei é um marco na legislação brasileira e estabelece uma série de direitos e garantias para pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, incluindo a educação. Ela reforça a ideia de educação inclusiva como um direito fundamental.
- Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014: O PNE estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país, e inclui metas relacionadas à inclusão educacional, como a expansão da oferta de atendimento educacional especializado.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): Este documento estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da educação inclusiva no país, incluindo a formação de professores e a oferta do atendimento educacional especializado.
- Decreto nº 7.611/2011: Regulamenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, detalhando aspectos como o atendimento educacional especializado, a formação de professores e a acessibilidade nas escolas.

Essas leis e regulamentos destacam o compromisso do Brasil com a educação inclusiva e estabelecem as bases legais para a implementação de políticas e práticas que visam assegurar que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. Segundo Rodrigues (2001), a escola inclusiva tenta responder, com qualidade e de forma apropriada, à diferença. Porém, para que se desenvolvam escolas inclusivas de qualidade, é imprescindível que essas escolas estejam empenhadas em seguir um modelo inclusivo centrado no currículo e não no problema de cada criança. No modelo de sistema inclusivo, o ensino é orientado para o aluno e este é visto como um todo onde são tidos em conta os seus diferentes níveis de desenvolvimento (acadêmico, social, pessoal e emocional). (BÉNARD DA COSTA, 1996).

Em resumo, a educação inclusiva e a formação de professores estão intrinsecamente ligadas na busca por uma educação equitativa e de qualidade para todos os alunos. É crucial que os professores sejam capacitados e apoiados para atender às necessidades diversificadas de seus alunos, promovendo um ambiente escolar inclusivo e acolhedor que respeite a dignidade e o potencial de cada indivíduo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre a educação inclusiva e a formação de professores desempenha um papel crítico na construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo. A educação inclusiva é um conceito que se baseia na ideia de que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, têm o direito de receber uma educação de qualidade em escolas regulares. A formação de professores desempenha um papel essencial na capacitação desses profissionais para criar ambientes de aprendizado que atendam às necessidades variadas dos alunos.

Ao incluir a educação inclusiva nos cursos de formação de professores, os futuros educadores têm a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades necessárias para criar ambientes educacionais acolhedores e adaptados às necessidades de todos os alunos. Isso implica entender as diferentes formas de aprendizagem, desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas, identificar e atender às necessidades individuais, promover a participação ativa de todos os estudantes e garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A legislação educacional brasileira reconhece a importância da educação inclusiva e a necessidade de uma formação docente adequada para garantir o acesso e a participação de todos os alunos em ambientes educacionais inclusivos. Duas leis são especialmente relevantes nesse contexto :a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil. Em seu Artigo 58, a lei destaca que "entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação." A lei determina que o poder público deve garantir o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e assegurar a formação adequada de professores para o atendimento às necessidades educacionais especiais; b) Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta o atendimento educacional especializado e a educação especial na educação básica, de acordo com as diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O decreto enfatiza que a educação inclusiva deve ser assegurada a todos os alunos, e estabelece as diretrizes para a oferta do atendimento educacional especializado, a formação de professores e a adequação dos espaços físicos e materiais nas escolas.

Além dessas leis, outros documentos norteiam a educação inclusiva e a formação docente, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2009) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015). Esses documentos estabelecem diretrizes e orientações específicas para a formação de

professores para a educação inclusiva, destacando a importância de conhecimentos teóricos e práticos sobre diversidade, adaptação curricular, práticas pedagógicas inclusivas, trabalho em equipe e parceria com as famílias.

Essas legislações e diretrizes refletem o compromisso do Brasil em promover uma educação inclusiva e garantir uma formação docente adequada para atender às necessidades de todos os alunos. No entanto, é importante ressaltar que a efetiva implementação dessas diretrizes ainda requer esforços contínuos por parte dos sistemas de ensino, das instituições de formação de professores e de toda a sociedade para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A Faculdade Rebouças de Campina Grande oferta o curso de Pedagogia, na modalidade: Semipresencial, carga horária de 3.560 horas (duração: 3 anos e meio), com aulas presenciais ministradas aos sábados. No decorrer desses 3 anos e meio são ofertadas 42 disciplinas, dentre elas “Metodologia da Educação Especial e Inclusiva”, localizada do segundo semestre. Os estudantes FRCG fazem uso tanto de espaços físicos quanto de espaços virtuais para desenvolver suas atividades como: a) Laboratório de Informática; b) Laboratório Didático (brinquedoteca) – com acervo de jogos, brinquedos e instrumentos para o desenvolvimento de atividades de psicomotricidade; c) Laboratório multidisciplinar – desenvolvimento de atividades de didática, psicomotricidade e ludicidade, Literatura Infantil, Ensino de Artes etc.

Para melhor compreender como a temática da Educação Inclusiva era trabalhada no curso de Pedagogia da Faculdade Rebouças de Campina Grande, foram aplicados questionários estruturados, para a turma do segundo período do semestre 2023.1. A partir das análises das respostas obtidas, foi possível observar que o oferta da disciplina “Metodologia da Educação Especial e Inclusiva” foi crucial para que o corpo discente tivesse o primeiro contato com a discussão, como também para aprofundar e desmistificar muitas noções “sensocomunizadas” a respeito da educação inclusiva. O problema da visão do senso comum sobre a educação inclusiva muitas vezes envolve estereótipos, falta de compreensão e uma abordagem simplista em relação às necessidades e desafios dos alunos com diversidades. Dentre esses pontos problemáticos podemos destacar: a) Concepção limitada de diversidade. Muitas vezes, o senso comum associa a educação inclusiva apenas a questões de deficiência física; b) Falta de compreensão das necessidades individuais. Existe uma tendência em ver todos os alunos sob a mesma ótica, ignorando as necessidades individuais; c) Foco na integração, não na inclusão real. “A educação inclusiva é importante porque, diferentemente da educação integrativa, ela não separa o aluno do convívio e aprendizado dos estudantes de uma escola regular, permitindo que ele se desenvolva como parte integrante da sociedade” (fala de uma aluna/o); d) a falsa

ideia de que não há necessidade de qualificação profissional para trabalhar a educação inclusiva nas escolas.

Quando questionados sobre a importância da educação inclusiva, todos os discentes apresentaram uma visão crítica, reconhecendo sua importância no processo de formação educacional de crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento. A educação inclusiva busca garantir que todos os alunos tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades educacionais, independentemente de suas características individuais. Isso ajuda a reduzir as disparidades e a promover a equidade no sistema educacional.

A respeito da importância em os cursos de formação de professores oferecerem uma disciplina específica sobre educação inclusiva os discentes destacaram que este pode ser apontado com um ponto diferencial:

Sim os cursos de professores devem oferecer disciplina específica sobre a educação inclusiva, quanto à importância continuada de professores em relação à educação inclusiva, cada dia que passa surge novas perspectivas em situações por isso os professores devem estar preparados com o objetivo de atualizar seus conhecimentos pedagógico (fala de uma aluna/o).

A inclusão de uma disciplina específica sobre educação inclusiva nos cursos de formação de professores desempenha um papel crucial na construção de um ambiente educacional mais equitativo e eficaz. A necessidade de preparar educadores para enfrentar os desafios da diversidade na sala de aula é mais premente do que nunca, e uma disciplina dedicada a esse tema oferece uma gama de benefícios significativos.

Em primeiro lugar, a disciplina de educação inclusiva proporciona aos futuros professores uma compreensão mais profunda das complexidades associadas à diversidade de habilidades, origens étnicas, culturas e características individuais dos alunos. Isso não apenas promove a conscientização, mas também contribui para o desenvolvimento de atitudes positivas em relação à diversidade.

Ao oferecer estratégias pedagógicas específicas e métodos adaptados de ensino, a disciplina capacita os professores a atender às necessidades variadas dos alunos. Isso é essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. O foco na inclusão não se limita apenas a alunos com necessidades educacionais especiais, mas abrange a promoção de ambientes de aprendizado que beneficiem a todos.

A disciplina de educação inclusiva também desempenha um papel crucial na preparação dos professores para lidar com questões sociais importantes, como o estigma associado a diferenças individuais. Ao promover a igualdade de oportunidades e enfatizar a

importância de ambientes educacionais acolhedores, os professores podem desempenhar um papel ativo na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Em última análise, uma disciplina específica sobre educação inclusiva é essencial para equipar os professores com as habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias para enfrentar os desafios de uma sala de aula diversificada. Ao integrar essa abordagem nos cursos de formação de professores, as instituições educacionais estão investindo não apenas na qualidade do ensino, mas também na construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todos os alunos têm a oportunidade de prosperar e contribuir significativamente.

A formação de professores voltada para a educação inclusiva não é apenas uma exigência legal, mas também uma responsabilidade ética e social. Professores bem preparados desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e na construção de uma sociedade mais inclusiva. Portanto, é essencial investir na formação contínua dos educadores, capacitando-os a criar ambientes de aprendizado onde todos os alunos possam prosperar, independentemente de suas diferenças.

Referências

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência. Brasília:** Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

BÉNARD DA COSTA, A.M. **Necessidades Educativas Especiais:** condições favoráveis e obstáculos à integração. Noesis, 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

UNESCO (1994) Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1996).

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Atendimento Educacional Especializado:** Aspectos da Formação do Professor. Cadernos de Pesquisa. v.47, n.165, p.964-981, jul./set. 2017.

Política Nacional de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, 1994.

RODRIGUES, D.; RODRIGUES, L. L. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? In D. Rodrigues. **Educação Inclusiva.** Dos conceitos às práticas de formação Lisboa: Instituto Piaget, 2011.

SANCHES, I. Compreender, agir, mudar e incluir. Da investigação à educação inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**, 05, 127-142. 2005.

SANCHES, I. Em busca de indicadores de educação inclusiva: a “voz” dos professores de apoio sobre o que pensam, o que fazem e o que gostariam de fazer. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. **Revista Lusófona de Educação**, 08, 63-83. 2011.